



Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – UFCSPA

Reitoria
Assessoria de PADs e Sindicâncias

OFÍCIO Nº 24/2023/APS

Porto Alegre, 08 de dezembro de 2023.

À Senhora,
Lucia Campos Pellanda
Reitora

Assunto: Relatório descritivo do Encontro Nacional de Corregedorias realizado nos dias 21 a 23/11/2023 (Brasília - DF)

Senhora Reitora,

Apresento relatório descritivo do **Encontro Nacional de Corregedorias – Edição 18 anos**, realizado na ENAP, em Brasília – DF, nos dias 21 a 23/11/2023.

Notícia divulgada em <https://www.gov.br/corregedorias/pt-br/aconteceu-aqui/noticias/2023/encontro-nacional-de-corregedorias-celebra-18-anos-de-criacao-do-siscor>



A **palestra magna** foi proferida pelo Dr. Jorge Hage Sobrinho - Juiz de Direito do TJDFT – ex-Ministro Chefe da CGU, com o tema **“Sistema Federal de Correição: 18 anos de avanços e novos desafios”**.

Os principais pontos abordados pelo Dr. Hage Sobrinho convergiram na importância de que Ouvidoria e Corregedoria, áreas do SISCOR, trabalhem de maneira harmônica e sistematizada de forma a funcionar independentemente do indivíduo responsável. Destacou os seguintes aspectos na evolução do SISCOR:

- padronização, com a uniformização das respostas;
- tratamento de gestão, incluindo capacitação específica para o desenvolvimento das atividades e levantamento de dados estatísticos;
- comunicação eficiente;
- base legislativa anacrônica (L. 8.112/1990), que não acompanhou as ideias do direito sancionador com repercussões constitucionais;
- microssistema normativo de legislação de combate à corrupção;
- reflexos dos acordos de leniência e dos programas de *compliance*;
- mídias;
- critérios abertos para questões de assédio;
- dogma da independência das instâncias;
- Lei anticorrupção (PAR vinculado à Secretaria de Integridade Privada)

Painel 1, 21/11/2023: “O SISCOR e a atividade correcional setorial”, com Alexander Vasconcellos Pizzolotto, Corregedor da ANP; Fernanda Álvares da Rocha, Corregedora do MGI; Patrícia Barbosa de Castro Pullen Parente, Corregedora do MF; e Vinicius Lima Magalhães, Corregedor do BNDES. Moderadora: Alessandra Valle Lafetá, Diretora de Responsabilização de Agentes Públicos (CGU).

Os painelistas abordaram as principais práticas adotadas em suas respectivas corregedorias, com destaques para: uso do CRG/MM para o planejamento de trabalho (MGI); desenvolvimento horizontal da UC, com melhoria de gestão, ações integradas, apoio mútuo, intercâmbio de experiências, independência e imparcialidade na condução dos trabalhos (MF); foco na investigação e não instauração de PADs por indícios (ANP).

Painel 2, 21/11/2023: “SISCOR e Corregedoria-Geral da União – sua história”, com os ex-Corregedores-Gerais da União: Moisés Antônio de Freitas (2003-2006); Waldir João Ferreira da Silva Jr. (2012-2016); Antonio Carlos Vasconcellos Nóbrega (2016-2019) e Gilberto Waller Jr. (2019-2023). Moderador: Ricardo Wagner de Araújo, atual Corregedor-Geral da União.

Os gestores fizeram uma retrospectiva de suas épocas à frente do SISCOR, relatando os principais desafios e avanços, até o modelo atual de trabalho descentralizado, com a instituição de Unidades Correcionais Setoriais nos diferentes órgãos da administração direta, autárquica e fundacional.

Mesa redonda, 21/11/2023: “Assédio sexual: perspectivas e desafios no âmbito correcional”, com Fabian Gilbert Saraiva Silva Maia (AFFC-CGU), José Trindade Monteiro Neto (AFFC-CGU) e Carla Rodrigues Cotta, Diretora de Articulação, Monitoramento e Supervisão de Gestão do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal (AFFC-CGU – Moderadora).

Destaque para a abordagem prioritária dos processos de assédio sexual e necessidade de foco preventivo, com análise de ambiente para detecção de possíveis oportunidades de práticas irregulares e tomada de medidas preventivas. Além disso, os debatedores citaram a qualificação da denúncia como de extrema importância para a análise e tomada de providências.

Palestra, 22/11/2023: “A visão do poder judiciário sobre a atividade disciplinar”, ministrada pelo Dr. Dirley da Cunha Júnior, Juiz Federal TJBA, professor associado da UFBA.

O palestrante discorreu sobre o devido processo legal e seus elementos (ampla defesa, contraditório, proporcionalidade e razoável duração do processo), como requisitos da análise judicial, e comentou amplamente a jurisprudência aplicável.

Premiação do Concurso de Boas Práticas Correcionais – 2023, 22/11/2023: Foram premiados os três primeiros classificados no CBPC/2023 em cada uma das categorias (Administração Direta, Autárquica e Fundacional, Empresas Estatais Federais e Demais Entes Federais, Estaduais, Municipais e Distritais). Na sequência, os primeiros colocados apresentaram suas práticas premiadas:

IN CRA: banco dinâmico de argumentos, matriz de priorização de processos, código aberto de dados;

CEF: criação de Núcleo Especializado em Apuração de Assédio;

SUCORBH: desenvolvimento de instrumentos consensuais de resolução de conflitos.

(disponível em:

<https://www.gov.br/corregedorias/pt-br/servicos/eventos/siscor-procor/concurso-de-boas-praticas/2023/concurso-de-boas-praticas-correcionais-2023>)

Importante lembrar que a UFCSPA foi premiada no concurso CBPC/2016 na categoria “Aprimoramento de apurações disciplinares e de responsabilização de entes privados, em 09/12/2016, com a prática “Módulo de Referência Permanente para as Comissões de Sindicância e PAD em Plataforma Virtual de Aprendizagem”.

4

PANORAMA UFCSPA • ANO VIII • NÚMERO 53

PRÊMIOS

Iniciativa de servidora da UFCSPA é premiada pela CGU

Com destaque nacional, projeto desenvolvido pela secretária executiva Miriam Bortolaci garante mais segurança para atuação de comissões de sindicância

Por José Leal

Criado para orientar o trabalho de comissões de sindicância e processos administrativos disciplinares (PAD), um projeto desenvolvido pela secretária executiva dos conselhos superiores da UFCSPA, Miriam Bortolaci, obteve reconhecimento nacional em premiação da Controladoria-Geral da União (CGU). A iniciativa foi selecionada como a melhor da categoria “Aprimoramento das apurações disciplinares e de responsabilização de entes privados” no 4º Concurso de Boas Práticas da CGU, realizado em 9 de dezembro em Brasília (DF).

O Módulo de Referência Permanente para as Comissões de Sindicância e PAD, disponível desde 2012 no ambiente Moodle, concentra materiais relevantes para a condução dos processos. “São dados como textos legais, manu-



FOTO ALBERT BUSSELGOGI

ais de órgãos oficiais, jurisprudências, entre outros, que facilitam o trabalho dos servidores envolvidos”, detalha Miriam. O objetivo é agilizar a atuação das comissões, capazes de acessar rapidamente informações disponíveis em fontes de consulta online.

O repositório também conta com modelos dos procedimentos disciplinares mais usuais, trazendo os principais requisitos de todas as fases do processo.

Assim, as comissões podem usar os materiais como guia desde a instalação dos trabalhos até a redação do relatório final. Segundo Miriam, o uso do módulo resulta na redução de erros e da necessidade de retrabalho. “O retorno que temos recebido tanto das comissões como da Procuradoria da UFCSPA, responsável por apontar eventuais deficiências nos processos, é muito satisfatório”, comenta.

Com o reconhecimento nacional, o projeto poderá ser implantado em outros órgãos federais interessados em aperfeiçoar o trabalho de suas comissões. A secretária executiva ressalta: “A CGU considerou na premiação critérios como criatividade, custo-benefício e replicabilidade. Como se trata de um sistema simples, que não requer um grande investimento, pode servir de exemplo para outras instituições públicas”. Neste sentido, a UFCSPA, ao participar do concurso, concordou em ceder os direitos do projeto para a Controladoria.

Mesa redonda, 22/11/2023: “Impactos da atividade correcional na administração pública”, com Vânia Lúcia Ribeiro Vieira, Secretária-Executiva da CGU; Marcelo Pontes Viana, Secretário de Integridade Privada da CGU, e Carlos Higino Ribeiro de Alencar, Presidente do CARF. Moderador: Ricardo Wagner de Araújo, Corregedor-Geral da União.

Os painelistas fizeram um retrospecto sobre a evolução no tratamento de irregularidades relacionadas às empresas privadas, a recente criação da Secretaria de Integridade Privada, órgão ao qual estão vinculados os Processos Administrativos de Responsabilização (PAR) e sua interação com a área correcional.

Palestra, 22/11/2023: O Corregedor-Geral da União, Ricardo Wagner de Araújo, apresentou os dados estatísticos sobre a eficiência de resultados dos procedimentos disciplinares, com ênfase na importância da atuação administrativa a partir da implementação do SISCOR, que atualmente possui 258 Unidades Correcionais Setoriais. Detalhou de que forma a CRG tem contribuído para a melhoria da eficiência e eficácia da área correcional, com a disseminação de manuais, guias, estudos temáticos, capacitação, treinamento e uniformização de entendimentos. Destacou a medida inovadora de criação do Banco de Sanções, iniciativa premiada, em 2023, no 27º Concurso de Inovação no Setor Público.

Como destaques de medidas a serem implementadas em 2024, citou o ePAD como Processo Eletrônico Correcional, com possibilidade de acesso externo, peticionamento, custódia segura de provas, armazenamento de áudio e vídeo de depoimentos, assinatura digital, e Matriz de Responsabilização, possibilitando todo o trâmite processual.

Além disto, destacou melhorias nos painéis de dados e ações de fortalecimento do PROCOR, com parcerias subnacionais (órgãos estaduais e municipais); lançamento da versão 3.0 do CRG-MM (Modelo de Maturidade Correcional) e andamento dos seguintes projetos:

“Lançamento do **Manual Prático de Investigações Preliminares Sumárias –IPS**

Lançamento do **Manual Prático de Termos de Ajuste de Condutas – TAC**

Lançamento do **Ementário de Precedentes em matéria Disciplinar Integração do e-PAD** com sistemas **e-Aud e Fala-BR**

Uso de **Inteligência Artificial** na atividade correcional por meio do **e-PAD**

Avaliação do nível de maturidade das Unidades de Correição

Envio do **PL de alteração da Lei n. 8.112/90** (Código de Conduta e Disciplina)”

Quanto a avaliação do nível de maturidade das Unidades de Correição, a previsão é de que entre os meses de fevereiro de março/2024 seja distribuído o calendário, que incluirá as IFES, as quais hoje representam mais de 50% do SISCOR, seja com UCS formalizadas ou não.

O evento foi encerrado com palestra do senhor **Vinicius Marques de Carvalho**, Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União, que abordou de forma geral os impactos da atividade correcional na administração pública.

A **Oficina 1, 23/11/2023: “Produção de provas efetivas no procedimento correcional”**, ministrada por Carlos Eduardo Carneiro de Souza e Yuri Magalhães Rampanelli, ambos Auditores-Fiscais da CGU, abordou de forma clara a diferença entre provas lícita, eficiente e pertinente, na busca da verdade real do processo; situações que configuram abuso de autoridade; importância da cadeia de custódia do processo; nulidades; efetividade de provas e enquadramentos.

A **Oficina 2, 23/11/2023: “Aplicação de metodologia de gestão de riscos com base em ilícitos administrativos”**, ministrada por Rodrigo Abijaodi Lopes de Vasconcellos, Coordenador-Geral de Supervisão do SISCOR, detalhou a metodologia utilizada pela CGU a ser implementada pelas UCS, para fins de adoção de medidas preventivas no âmbito correcional.

Importante destacar que, na UFCSA, o mapeamento dos processos investigativos e disciplinares, base para categorização de eventos de risco, tem sido regularmente realizado e citado nos relatórios anuais (evs. 1238487 e 1547177).

O evento alusivo aos 18 anos do SISCOR é motivo de comemoração também para a UFCSPA, que aprimorou fluxos e procedimentos ao longo dos anos na busca pela qualificação do trabalho de suas comissões, as quais já envolveram mais de 100 servidores, dentre docentes e técnico-administrativos, desde o ano de 2008.

Como resultado desse aprimoramento, os procedimentos investigativos estão mais detalhados e os processos disciplinares, quando necessários, cumprem com a necessária regularidade formal, conforme se observa pelos índices de conformidade nas respectivas análises jurídica-procedimental.

Nesse mister, agradeço pelo comprometimento da Gestão nas ações de melhoria contínua e sinto-me honrada pela confiança recebida, desde o ano de 2012, para a prestação desta assessoria.

À sua consideração.

Respeitosamente,

MIRIAM BORTOLACI
Assessora Especial da Reitoria/Unidade APS



Documento assinado eletronicamente por **Miriam Bortolaci, Assessora Especial da Reitoria**, em 08/12/2023, às 15:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufcspa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1790383** e o código CRC **56A464B0**.